

AVISO DE INTENÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA nº 22/2024

(RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS)

TCE:

DISPENSA DE LICITAÇÃO in 67/2021 Nº 15/2024

PROCESSO Nº 32/2024

1. PREAMBULO

1.1. O Município de Coronei Freitas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.021.824/0001-75 leva ao conhecimento dos interessados a realização da seguinte **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, fundamentada na hipótese do art. 75, inciso I, consoante às condições estatuídas neste aviso de dispensa, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril 2021 e alterações posteriores, Decreto Municipal 9.849 de 20 de março de 2023 e demais normas aplicáveis à espécie.

2. ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

~~I - O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo os trabalhos conduzidos pelo Agente de Contratação, designado pelo decreto nº 9780/2023.~~

~~II - Recebimento das propostas será das **08h30min** horas do dia **27/02/2024** até às **08h00min** do dia **04/03/2024**;~~

~~III - Abertura das propostas: **04/03/2024** às **08h30min**;~~

~~IV - **Início da sessão de disputa de lances: dia 04/03/2024 às 08h30min**~~

~~V - Tempo da Disputa: 6 (seis) horas~~

~~VI - Formalização de Consultas/Encaminhamentos: Pelo site Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).~~

3. DO ACESSO AO SISTEMA/CADASTRAMENTO:

3.1. Para participar da presente Dispensa Eletrônica, o Fornecedor deverá se credenciar no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

a) ~~O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.~~

b) ~~O credenciamento do Fornecedor junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal deste ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Dispensa Eletrônica.~~

~~**3.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do Fornecedor, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Coronei Freitas, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.~~

~~**3.3.** O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de lances, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão ou entidade contratante e/ou pelo sistema, ou de sua desconexão.~~

4. OBJETO COM ESPECIFICAÇÕES

4.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, CONSERTO, VULCANIZAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, RODIZIO, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, TROCA DE PNEUS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, MINIVANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DE TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS CONVENIADOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

4.1.1. Conforme discriminado abaixo:

Nº Lote:	1			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONSERTO DE PNEU VEÍCULOS	50,0000	200,00

4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
8,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	160,00
8,000	UN	RODIZIO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
8,000	UN	GEOMETRIA DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	640,00
8,000	UN	BALANCEAMENTO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
5,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, MINI VANS E VANS, DENTRO TERRITORIO DO MUNICÍPIO	50,0000	250,00
			Total Lote:	1.810,00
Nº Lote:	2			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONERTO DE PNEU VEÍCULOS	50,0000	200,00
8,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	160,00

8,000	UN	RODIZIO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
8,000	UN	GEOMETRIA DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	640,00
8,000	UN	BALANCEAMENTO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
2,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, MINI VANS E VANS, DENTRO TERRITORIO DO MUNICÍPIO	50,0000	100,00
			Total Lote:	1.660,00
Nº Lote:	3			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS	65,0000	260,00
4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	40,0000	160,00
4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	300,0000	600,00
150,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICIPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	10,0000	1.500,00
			Total Lote:	2.600,00

Nº Lote:	4			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS	200,0000	800,00
4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	150,0000	600,00
4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	150,0000	600,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	750,0000	1.500,00
200,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO,	10,0000	2.000,00
Nº Lote:	5		Total Lote:	
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS	65,0000	260,00
4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	45,0000	180,00
4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	300,0000	600,00

50,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	10,0000	500,00
			Total Lote:	1.620,00
				13.190,00

4.2. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronel Freitas/SC, caso a empresa vencedora tenha sede em outra municipalidade, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma realize a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação no território do município de Coronel Freitas/SC;

4.3. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), Termo de Referência (Anexo II), demais informações constantes no presente Edital.

5. LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO/PAGAMENTO/DOTAÇÃO

5.1. O objeto será solicitado através de: Autorização de Fornecimento.

5.2. A CONTRATADA, deverá:

5.2.1. Disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronel Freitas/SC, caso a empresa vencedora tenha sede em outra municipalidade, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma realize a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação no território do município de Coronel Freitas/SC.

5.2.2. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos

incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

5.2.2.1. Será exigido para realização dos serviços de retirada e troca de pneus, assim como de desmontagem/montagem e conserto de pneus que a empresa CONTRATADA utilize ferramentas e utensílios de sua propriedade independentemente do local de sua realização;

5.3. A responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

5.4. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

5.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;

5.2.6. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

5.7. A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelos veículos para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

6. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

6.1. O objeto será solicitado através de: Autorização de Fornecimento.

6.2. Para os veículos considerados de emergência, esses terão total prioridade sobre qualquer outro serviço que esteja sendo executado no momento da chegada na empresa vencedora, ou do chamado de socorro, ou seja, em no máximo 30 (trinta) minutos, o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados; Consideram-se veículos de emergência: veículos do tipo ambulância do Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Saúde, veículos de combate a incêndio e/ou resgate, abastecimento de água em períodos de estiagem, veículos policiais utilizados no policiamento ostensivo e operações especiais;

6.3. Para os veículos que não são considerados de emergência também devem ter prioridade, porém em um tempo estimativo maior, ou seja, no máximo em 2 (duas) horas o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados;

6.4. Salvo situações de socorro, montagem e desmontagem que poderão ser executados em vias públicas ou local de estacionamento dos equipamentos, todos os serviços deverão ser realizados na sede da empresa vencedora;

7. PAGAMENTO DO OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O Município de Coronei Freitas efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável, conforme definido no decreto nº 9853 de 22 março de 2023, relatório de avaliação e fotos do evento.

7.1.1. O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial (Banco do Brasil) ou boleto bancário.

7.2. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
06.001	Manutenção das Atividades CV. Polícia Militar	06.001.06.181.0110.2039.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.001	Manutenção das Atividades CV. Polícia Civil	06.001.06.181.0110.2018.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.001	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	06.001.15.482.0110.2069.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.004	Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas	06.004.26.782.0110.2044.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
10.001	Manutenção do Departamento de Assistência Social	10.001.08.122.0103.2016.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
Total:			R\$ 0,05

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CORONEL FREITAS

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Construção, Reforma e Ampliação de Edificações e espaços da Saúde	07.001.10.301.0107.1082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
Total:			R\$ 0,01

8. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

8.1. O fornecedor concorda com todos os termos deste aviso de contratação direta;

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de qualquer ato;

8.2. O fornecedor interessado encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, com a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos neste aviso;

A PROPOSTA DE PREÇOS, NESTE MOMENTO, NÃO DEVERÁ CONTER DADOS QUE IDENTIFIQUEM A LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

- 8.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam o fornecedor;
- 8.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 8.5.** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 8.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
- 8.7.** Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente;
- 8.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- 8.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- 8.10.** É possível a participação de consórcio ([art. 15 da Lei nº 14.133/2021](#));
- 8.11.** É possível a participação de sociedade cooperativa ([art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#)).
- a. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b. Serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto [no art. 34 da Lei nº 11.488/2007](#).
- 8.12.** [Lei Complementar nº 123/2006](#): para obtenção dos benefícios, conforme [art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#), o fornecedor deverá apresentar declaração (**ANEXO V**) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte ([Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II](#)).

9. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

9.1. Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

I - A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

II - A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

III - A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1. Não se aplicará aqui os modos de Disputa Aberto ou Aberto Fechado, onde o fornecedor poderá apresentar lances dentro do horário de disputa deste aviso de intenção para contratação direta.

10.2. O fornecedor participante poderá fazer quantos lances achar necessário dentro do prazo estabelecido, e sempre menor que o último por ele ofertado.

10.3. Não se aplicará aqui limites de lances intermediários, nem tão poucos lances com valores ou percentuais mínimos.

10.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam

¹ **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

10.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar e Termo Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.7. A proposta de preços deverá conter o PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DE CADA LOTE OFERTADO, conforme unidades e quantidades mencionadas neste Edital, expresso em reais com, no máximo, 2 (duas) casas decimais.

A proposta inicial não poderá conter informações que identifiquem o fornecedor, contendo apenas os campos “MARCA”, “FABRICANTE” e “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM”.

10.8. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

10.9. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

10.10. Durante o procedimento e envio dos lances, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

10.11. A proposta de preços deverá conter declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação (art. 63, § 1º).

10.12. Sendo apresentada proposta igual à outra, prevalece a que for apresentada primeiro.

10.13. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

10.14. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais

vantajosas, sendo encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pelo Município.

10.15. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

10.16. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

10.17. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

10.18. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

10.19. Será desclassificada a proposta vencedora que ([Lei nº 14.133/2021, art. 59](#)):

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Município;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

10.20. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

- a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;

10.21. O Município poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada ([art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021](#));

10.22. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor desde que a substância das propostas não seja alterada;

10.23. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto.

10.24. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

10.25. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Após concluída a fase de lances, o operador solicitará por meio do chat do sistema, que o(s) vencedor(es) anexe(m) documentação de habilitação em um prazo máximo de 2 (duas) horas, prazo este que poderá ser prorrogado por uma única vez.

11.2. Os documentos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado, nos termos do Anexo III;

11.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

a) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

b) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.4. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente,

isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

11.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso;

11.6. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Município examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

11.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos eventuais recursos administrativos, o processo de contratação direta será encaminhado à autoridade superior para aplicação do [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#).

13. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

13.1. Ocorrendo a adjudicação do objeto e homologado o processo de contratação, caso se conclua pela contratação, será firmado Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente, nos termos do [art. 95 da Lei nº 14.133/2021](#).

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato Administrativo ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

a) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo Município;

b) O aceite de instrumento equivalente ao Contrato Administrativo implica o reconhecimento de que:

i) Aplica-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133/2021](#);

ii) O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

iii) O contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [arts. 137 a 139 da mesma Lei](#).

13.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

13.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre

os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances, quando esta existir.

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

14.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de 10%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Coronei Freitas pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

	Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	<p>VIII</p> <p>IX</p> <p>X</p> <p>XI</p> <p>XII</p> <p>Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).</p>

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Para aplicação das sanções ([arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II - Incisos III e IV do item 1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.10. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.10.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Coronei Freitas, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

14.11.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por *e-mail* licitação@coronelfreitas.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3347-3400.

15.2. Casos omissos serão dirimidos à luz da Lei nº 14.133/2021, sempre com apoio da assessoria jurídica e do controle interno;

15.3. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- b) Anexo II – Termo de Referência;
- c) Anexo III – Documentos de Habilitação;
- d) Anexo IV – Aplicação dos Arts. 42 ao 49 da lei complementar nº 123/2006
- e) Anexo V – Modelo da Declaração de Enquadramento de Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) Anexo VI – Dados da Empresa;
- g) Anexo VII – Contrato Administrativo.

Coronel Freitas (SC), 20/02/2024

Delir Cassaro

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO Nº 22/2024

ANEXO “I”

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 15/2024 – SMAF

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, c/c art. 18, §§ 1º e 2º.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente aquisição/contratação se justifica em razão da necessidade de se realizar manutenção da frota de veículos do município e órgãos conveniados, contribuindo para prolongar sua vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e o consequente impacto financeiro e manter o desempenho regular das atividades desenvolvidas pela Administração, uma vez que os veículos oficiais devem estar em plenas condições de funcionamento e conservação, à disposição do serviço sempre que forem demandados e, no caso de situações emergências, receber o atendimento e assistência devidos.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O serviço a ser adquirido enquadra-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

O licitante deverá comprovar que atividade que desenvolve é pertinente ou compatível com o objeto que será licitado, devendo apresentar regularidade fiscal, trabalhista, previdenciários e comerciais.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

No levantamento de mercado algumas opções foram levantadas para atender a necessidade da Administração:

Solução 1: : A Secretaria realizaria os serviços com equipamentos, veículos próprios e com os servidores do seu quadro funcional com a capacitação e qualificação necessárias para a execução dos serviços, arcando com todas as despesa envolvidas.

Solução 2: Contratação de empresa que realize os serviços por demanda, com equipamentos, veículos e funcionários, a empresa será responsável por toda a logística do serviço.

A solução 2 apresenta-se como a mais já que a administração municipal não conta com equipamentos, veículos e servidores para a realização destes serviços, terceirizando o município aproveita de foram mais coerente todos os recursos disponíveis evitando assim gastos com aquisição de equipamentos e contratação de mão de obra especializada, que ficaria em parte ociosa a maior parte do tempo, já que os serviços em questão não são rotineiros.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

Para os veículos considerados de emergência, esses terão total prioridade sobre qualquer outro serviço que esteja sendo executado no momento da chegada na empresa vencedora, ou do chamado de socorro, ou seja, em no máximo 30 (trinta) minutos, o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados; Consideram-se veículos de emergência: veículos do tipo ambulância do Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Saúde, veículos de combate a incêndio e/ou resgate, abastecimento de água em períodos de estiagem, veículos policiais utilizados no policiamento ostensivo e operações especiais;

Para os veículos que não são considerados de emergência também devem ter prioridade, porém em um tempo estimativo maior, ou seja, no máximo em 2 (duas) horas o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados;

Salvo situações de socorro, montagem e desmontagem que poderão ser executados em vias públicas ou local de estacionamento dos equipamentos, todos os serviços deverão ser realizados na sede da empresa vencedora;

Será exigido para realização dos serviços de retirada e troca de pneus, assim como de desmontagem/montagem e conserto de pneus que a empresa CONTRATADA utilize ferramentas e utensílios de sua propriedade independentemente do local de sua realização;

Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronel Freitas/SC, caso a empresa vencedora tenha sede em outra municipalidade, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma realize a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação no território do município de Coronel Freitas/SC;

A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelos veículos entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

A contratada deverá permitir ao contratante acompanhar a execução de todos os serviços, seja através do operador do veículo ou de supervisor designado. Todos os materiais e ferramentas necessárias para a completa execução dos serviços, tais como: chaves, macaco hidráulico, materiais de limpeza e de consumo em geral, entre outros, serão de responsabilidade da contratada, devendo estar inclusos no preço dos serviços.

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

item	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	CONserto de pneu veículos leves, utilitários e mini vans	4,00	4,00
2	Montagem e desmontagem de pneu veículos leves, utilitários e mini vans	4,00	4,00
3	Troca de pneu veículos leves, utilitários e mini vans	8,00	8,00
4	Vulcanização de pneu veículos leves, utilitários e mini vans	2,00	2,00
5	Rodizio de pneu veículos leves, utilitários e mini vans	8,00	8,00
6	Geometria de pneu veículos leves, utilitários e mini vans	8,00	8,00
7	Balancimento de pneu veículos leves, utilitários e mini vans	8,00	8,00
8	Serviço de socorro para veículos leves, utilitários e mini vans, dentro território do município	5,00	5,00
	LOTE 2		-

9	CONCERTO DE PNEU VANS	4,00	4,00
10	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VANS	8,00	8,00
11	TROCA DE PNEU VANS	4,00	4,00
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VANS	2,00	2,00
13	RODIZIO DE PNEU VANS	8,00	8,00
14	GEOMETRIA DE PNEU VANS	8,00	8,00
15	BALANCEAMENTO DE PNEU VANS	8,00	8,00
16	SERVIÇO DE SOCORRO PARA VANS, DENTRO TERRITORIO DO MUNICÍPIO	2,00	2,00
	LOTE 3		-
17	CONCERTO DE PNEU CAMINHÃO	4,00	4,00
18	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU CAMINHÃO	4,00	4,00
19	TROCA DE PNEU CAMINHÃO	4,00	4,00
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU CAMINHÃO	2,00	2,00
21	SERVIÇO DE SOCORRO PARA CAMINHÃO (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	150,00	150,00
	LOTE 4		-
22	CONCERTO DE PNEU MÁQUINAS	4,00	4,00

23	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU MÁQUINAS	4,00	4,00
24	TROCA DE PNEU MÁQUINAS	4,00	4,00
25	VULCANIZAÇÃO DE PNEU MÁQUINAS	2,00	2,00
26	SERVIÇO DE SOCORRO PARA MÁQUINAS (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	200,00	200,00
	LOTE 5		-
27	CONSRTO DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	4,00	4,00
28	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	4,00	4,00
29	TROCA DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	4,00	4,00
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	2,00	2,00
31	SERVIÇO DE SOCORRO PARA ÔNIBUS E MICRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	50,00	50,00

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

Para verificar o valor de mercado, informamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade § 1º do artigo 3º do Decreto Municipal 9833/2023. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado, e visando maior amplitude possível de fontes, foram:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde, sempre que disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando forem compatíveis quanto à descrição do objeto, obrigações, quantidades, condições de entrega e peculiaridades locais;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, quando forem compatíveis quanto à descrição do objeto, obrigações, quantidades, condições de entrega e peculiaridades locais, podendo ser consultados os preços registrados em contratações realizados por meio do uso do Sistema de Registro de Preços, devendo os preços serem atualizados monetariamente com a aplicação do índice previsto na correspondente Ata de Registro de Preços, ou, na sua omissão, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, considerando-se o período entre o registro dos preços consultados e a data da realização do orçamento pela administração na fase de planejamento;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, se houver, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso e a identificação do agente responsável pela pesquisa;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa em base de dados de notas fiscais eletrônicas.

Em razão da exigência que a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronei Freitas/SC, e da ocorrência de dois processos licitatórios desertos em outubro e dezembro de 2023, optou-se por realizar apenas pesquisa direta com no mínimo 3 (três) prestadores de serviços, que possuem estabelecimentos no Município e assim garantir que os serviços em questão que são extremamente importantes para a manutenção da frota possam acontecer.

LOTE 1							
			MEC. JONES	MS PNEUS	LUPA AUTO	LEITES	MENOR VALOR DO LOTE1 MS
							VALOR TOTAL
1	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	4,00	60,00	50,00	60,00		200,00
2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	4,00	40,00	20,00	25,00		80,00
3	TROCA DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	30,00	20,00	25,00		160,00
4	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	2,00	40,00	80,00	150,00		160,00
5	RODIZIO DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	20,00	20,00	20,00		160,00
6	GEOMETRIA DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	70,00	80,00	80,00		640,00
7	BALANCEAMENTO DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	40,00	20,00	30,00	70,00	160,00
8	SERVIÇO DE SOCORRO PARA VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS, DENTRO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO	5,00	70,00	50,00		25,00	250,00
			370,00	340,00	390,00	95,00	1.810,00
LOTE 2							
			MEC. JONES	MS PNEUS	LUPA AUTO	LEITES	MENOR VALOR DO LOTE2 MS
							VALOR TOTAL
9	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS VANS	4,00	60,00	50,00	60,00		200,00
10	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VANS	8,00	40,00	20,00	25,00		160,00
11	TROCA DE PNEU VANS	4,00	30,00	20,00	25,00		80,00
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VANS	2,00	20,00	80,00	150,00		160,00
13	RODIZIO DE PNEU VANS	8,00	20,00	20,00	20,00		160,00
14	GEOMETRIA DE PNEU VANS	8,00	70,00	80,00	80,00		640,00
15	BALANCEAMENTO DE PNEU VANS	8,00	45,00	20,00	30,00	70,00	160,00
16	SERVIÇO DE SOCORRO PARA VANS, DENTRO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO	2,00	70,00	50,00		25,00	100,00
			355,00	340,00	390,00	95,00	1.660,00
LOTE 3							
			SIDNEI	JAIR	RABAIOLI		MENOR VALOR DO LOTE2 JAIR
							VALOR TOTAL
17	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS CAMINHÃO	4,00	70,00	65,00	100,00		260,00
18	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU CAMINHÃO	4,00	45,00	40,00	100,00		160,00
19	TROCA DE PNEU CAMINHÃO	4,00	30,00	20,00	100,00		80,00
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU CAMINHÃO	2,00	300,00	300,00			600,00
21	SERVIÇO DE SOCORRO PARA CAMINHÃO ((ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO))	150,00	10,00	10,00			1.500,00
			455,00	435,00	300,00	-	2.600,00
LOTE 3							
			SIDNEI	JAIR	RABAIOLI		MENOR VALOR DO LOTE2 SIDNEI
							VALOR TOTAL
22	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS MÁQUINAS	4,00	200,00	250,00	100,00		800,00
23	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU MÁQUINAS	4,00	150,00	200,00	100,00		600,00
24	TROCA DE PNEU MÁQUINAS	4,00	150,00	200,00	100,00		600,00
25	VULCANIZAÇÃO DE PNEU MÁQUINAS	2,00	750,00	800,00			1.500,00
26	SERVIÇO DE SOCORRO PARA MÁQUINAS ((ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO))	200,00	10,00	10,00			2.000,00
			1.260,00	1.460,00	300,00	-	5.500,00
LOTE 4							
			SIDNEI	JAIR	RABAIOLI		MENOR VALOR DO LOTE2 SIDNEI
							VALOR TOTAL
27	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS ÔNIBUS E MICRO	4,00	65,00	70,00	100,00		260,00
28	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	4,00	45,00	50,00	100,00		180,00
29	TROCA DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	4,00	20,00	25,00	100,00		80,00
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	2,00	300,00	300,00			600,00
31	SERVIÇO DE SOCORRO PARA ÔNIBUS E MICRO(ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	50,00	10,00	10,00			500,00
			440,00	455,00	300,00	-	1.620,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 13.190,00 (treze mil, cento e noventa reais)

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A licitação se dará por lotes, pois há necessidade de serem agrupado em razão da sua natureza complementar, justifica-se o agrupamento em lotes tendo em vista dividir em itens haverá prejuízo para o conjunto a ser licitado.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

9. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

O município de Coronei Freitas ainda não possui Plano de Contratações Anual.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

Com a terceirização se busca economia de escala, pois não será necessário manter uma estrutura com equipamentos, materiais, veículos e servidores a disposição para realização dos serviços acima citados, que como já mencionado são esporádicos e manter essa estrutura ociosa durante boa parte do ano seria desvantajoso para o Município.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A administração municipal tem plenas condições de receber os serviços. Tendo como fiscal, operadores/motoristas das respectivas máquinas/veículos que receberam os serviços e como Gestora de contratos a senhora Simone Zanella Strada.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

Buscando o alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecida para as aquisições realizadas pela Administração Pública, os materiais empregados na execução do serviço, deverão observar no que couber, as legislações vigentes.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, conclui-se pela **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, CONSERTO, VULCANIZAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, RODIZIO, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, TROCA DE PNEUS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, MINIVANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DE TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS CONVENIADOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO Nº 22/2024

ANEXO “II”

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 15/2024 - SMAF

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

Constitui objeto deste certame a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, CONSERTO, VULCANIZAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, RODIZIO, BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, TROCA DE PNEUS PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, VANS, MINIVANS, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DE TODAS AS SECRETARIAS E ÓRGÃOS CONVENIADOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Conforme discriminado abaixo:

Nº Lote:	1			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONSERTO DE PNEU VEÍCULOS	50,0000	200,00
4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
8,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	160,00
8,000	UN	RODIZIO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
8,000	UN	GEOMETRIA DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	640,00
8,000	UN	BALANCEAMENTO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00

Assinado eletronicamente por DELIR CASSARO.
Este documento é cópia do original, para obtê-lo acesse <https://coronelfreitas-e2.oiiga.sc.gov.br/#/documento/7d0a0c39-c794-4242-bade-25556ba0c49a>.

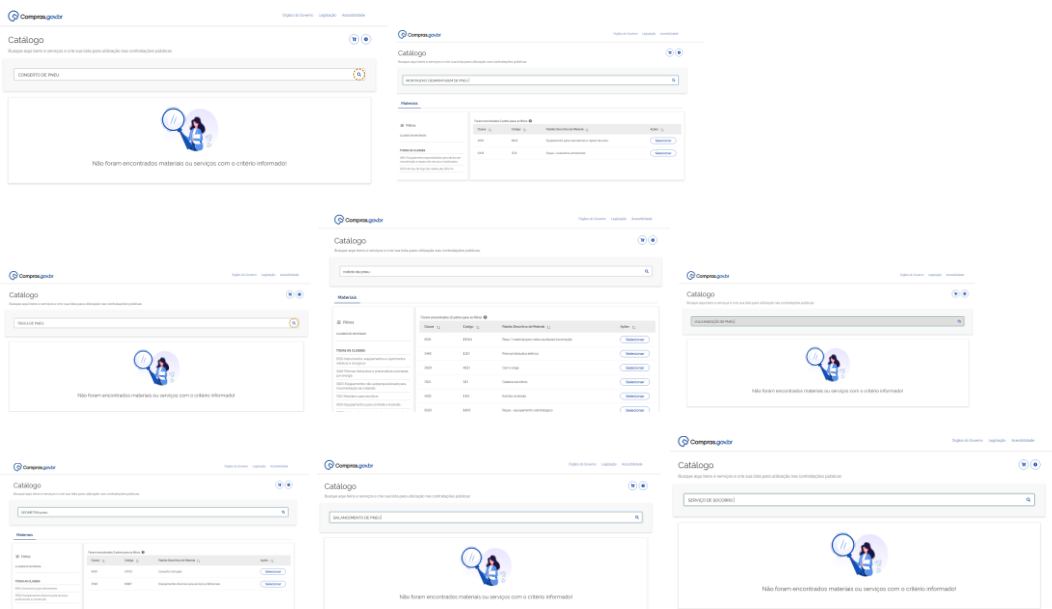
5,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, MINI VANS E VANS, DENTRO TERRITORIO DO MUNICÍPIO	50,0000	250,00
			Total Lote:	1.810,00
Nº Lote:	2			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONERTO DE PNEU VEÍCULOS	50,0000	200,00
8,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	160,00
8,000	UN	RODIZIO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
8,000	UN	GEOMETRIA DE PNEU VEÍCULOS	80,0000	640,00
8,000	UN	BALANCEMENTO DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	160,00
2,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS, MINI VANS E VANS, DENTRO TERRITORIO DO MUNICÍPIO	50,0000	100,00
			Total Lote:	1.660,00

Nº Lote:	3			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS	65,0000	260,00
4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	40,0000	160,00
4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	300,0000	600,00
150,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	10,0000	1.500,00
			Total Lote:	2.600,00
Nº Lote:	4			
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS	200,0000	800,00
4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	150,0000	600,00

4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	150,0000	600,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	750,0000	1.500,00
200,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO,	10,0000	2.000,00
Nº Lote:	5		Total Lote:	
Itens				
Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
4,000	UN	CONCERTO DE PNEU VEÍCULOS	65,0000	260,00
4,000	UN	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS	45,0000	180,00
4,000	UN	TROCA DE PNEU VEÍCULOS	20,0000	80,00
2,000	UN	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS	300,0000	600,00
50,000	UN	SERVIÇO DE SOCORRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO)	10,0000	500,00
			Total Lote:	1.620,00
				13.190,00

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA:



item	DESCRIÇÃO
1	CONSRTO DE PNEU
2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU
3	TROCA DE PNEU VEÍCULOS
4	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS
5	RODIZIO DE PNEU VEÍCULOS
6	GEOMETRIA DE PNEU VEÍCULOS
7	BALANCEMENTO DE PNEU VEÍCULOS
8	SERVIÇO DE SOCORRO

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS.

Estudo Técnico Preliminar Nº 15/2024 – SMAF

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

Para os veículos considerados de emergência, esses terão total prioridade sobre qualquer outro serviço que esteja sendo executado no momento da chegada na empresa vencedora, ou do chamado de socorro, ou seja, em no máximo 30 (trinta) minutos, o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados; Consideram-se veículos de emergência: veículos do tipo ambulância do Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Saúde, veículos de combate a incêndio e/ou resgate, abastecimento de água em períodos de estiagem, veículos policiais utilizados no policiamento ostensivo e operações especiais;

Para os veículos que não são considerados de emergência também devem ter prioridade, porém em um tempo estimativo maior, ou seja, no máximo em 2 (duas) horas o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados;

Salvo situações de socorro, montagem e desmontagem que poderão ser executados em vias públicas ou local de estacionamento dos equipamentos, todos os serviços deverão ser realizados na sede da empresa vencedora;

Será exigido para realização dos serviços de retirada e troca de pneus, assim como de desmontagem/montagem e conserto de pneus que a empresa CONTRATADA utilize ferramentas e utensílios de sua propriedade independentemente do local de sua realização;

Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronei Freitas/SC, caso a empresa vencedora tenha sede em outra municipalidade, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma realize a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação no território do município de Coronei Freitas/SC;

A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelos veículos entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

A contratada deverá permitir ao contratante acompanhar a execução de todos os serviços, seja através do operador do veículo ou de supervisor designado. Todos os materiais e ferramentas necessárias para a completa execução dos serviços, tais como:

chaves, macaco hidráulico, materiais de limpeza e de consumo em geral, entre outros, serão de responsabilidade da contratada, devendo estar inclusos no preço dos serviços.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

a) Prestar os serviços na forma especificada; atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato; manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Legislação vigente.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- a) Regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- f) Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- g) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:

O objeto será solicitado através de: Autorização de Fornecimento.

A CONTRATADA, deverá:

Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronei Freitas/SC, caso a empresa vencedora tenha sede em outra municipalidade, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma realize a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação no território do município de Coronei Freitas/SC.

Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;

Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelos veículos para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE:

A administração municipal tem plenas condições de receber os serviços. Tendo como fiscal, operadores/motoristas das respectivas máquinas/veículos que receberam os serviços e como Gestora de contratos a senhora Simone Zanella Strada.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

O Município de Coronei Freitas efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável, conforme definido no decreto nº 9853 de 22 março de 2023.

A avaliação da execução do objeto se dará por meio de relatório das atividades desenvolvidas (modelo fornecido pelo município).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

MODALIDADE: Dispensa Eletrônica

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote.

FORMA DE ADJUDICAÇÃO: A adjudicação será por item, isto é, o objeto será adjudicado de forma parcelada conforme solicitação da secretaria demandante.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

Para verificar o valor de mercado, informamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade § 1º do artigo 3º do Decreto Municipal 9833/2023. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado, e visando maior amplitude possível de fontes, foram:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde, sempre que disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), quando forem compatíveis quanto à descrição do objeto, obrigações, quantidades, condições de entrega e peculiaridades locais;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, quando forem compatíveis quanto à descrição do objeto, obrigações, quantidades, condições de entrega e peculiaridades locais, podendo ser consultados os preços registrados em contratações realizados por meio do uso do Sistema de Registro de Preços, devendo os preços serem atualizados monetariamente com a aplicação do índice previsto na correspondente Ata de Registro de Preços, ou, na sua omissão, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, considerando-se o período entre o registro dos preços consultados e a data da realização do orçamento pela administração na fase de planejamento;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, se houver, e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso e a identificação do agente responsável pela pesquisa;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa em base de dados de notas fiscais eletrônicas.

Em razão da exigência que a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronel Freitas/SC, e da ocorrência de dois processos licitatórios desertos em outubro e dezembro de 2023, optou-se por realizar apenas pesquisa direta com no mínimo 3 (três) prestadores de serviços, que possuem estabelecimentos no Município

e assim garantir que os serviços em questão que são extremamente importantes para a manutenção da frota possam acontecer.

LOTE 1							
			MEC. JONES	MS PNEUS	LUPA AUTO	LEITES	MENOR VALOR DO LOTE1 MS
							VALOR TOTAL
1	CONserto DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	4,00	60,00	50,00	60,00		50,00
2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	4,00	40,00	20,00	25,00		20,00
3	TROCA DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	30,00	20,00	25,00		20,00
4	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	2,00	40,00	80,00	150,00		80,00
5	RODIZIO DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	20,00	20,00	20,00		20,00
6	GEOMETRIA DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	70,00	80,00	80,00		80,00
7	BALANCEAMENTO DE PNEU VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS	8,00	40,00	20,00	30,00	70,00	20,00
8	SERVIÇO DE SOCORRO PARA VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E MINI VANS, DENTRO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO	5,00	70,00	50,00		25,00	50,00
			370,00	340,00	390,00	95,00	
							1.810,00
LOTE 2							
			MEC. JONES	MS PNEUS	LUPA AUTO	LEITES	MENOR VALOR DO LOTE2 MS
							VALOR TOTAL
9	CONserto DE PNEU VEÍCULOS VANS	4,00	60,00	50,00	60,00		50,00
10	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU VANS	8,00	40,00	20,00	25,00		20,00
11	TROCA DE PNEU VANS	4,00	30,00	20,00	25,00		20,00
12	VULCANIZAÇÃO DE PNEU VANS	2,00	20,00	80,00	150,00		80,00
13	RODIZIO DE PNEU VANS	8,00	20,00	20,00	20,00		20,00
14	GEOMETRIA DE PNEU VANS	8,00	70,00	80,00	80,00		80,00
15	BALANCEAMENTO DE PNEU VANS	8,00	45,00	20,00	30,00	70,00	20,00
16	SERVIÇO DE SOCORRO PARA VANS, DENTRO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO	2,00	70,00	50,00		25,00	50,00
			355,00	340,00	390,00	95,00	340,00
							1.660,00
LOTE 3							
			SIDNEI	JAIR	RABAIOLI		MENOR VALOR DO LOTE2 JAIR
							VALOR TOTAL
17	CONserto DE PNEU VEÍCULOS CAMINHÃO	4,00	70,00	65,00	100,00		65,00
18	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU CAMINHÃO	4,00	45,00	40,00	100,00		40,00
19	TROCA DE PNEU CAMINHÃO	4,00	30,00	20,00	100,00		20,00
20	VULCANIZAÇÃO DE PNEU CAMINHÃO	2,00	300,00	300,00			300,00
21	SERVIÇO DE SOCORRO PARA CAMINHÃO ((ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO))	150,00	10,00	10,00			10,00
			455,00	435,00	300,00	-	435,00
							2.600,00
LOTE 3							
			SIDNEI	JAIR	RABAIOLI		MENOR VALOR DO LOTE2 SIDNEI
							VALOR TOTAL
22	CONserto DE PNEU VEÍCULOS MÁQUINAS	4,00	200,00	250,00	100,00		200,00
23	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU MÁQUINAS	4,00	150,00	200,00	100,00		150,00
24	TROCA DE PNEU MÁQUINAS	4,00	150,00	200,00	100,00		150,00
25	VULCANIZAÇÃO DE PNEU MÁQUINAS	2,00	750,00	800,00			750,00
26	SERVIÇO DE SOCORRO PARA MÁQUINAS ((ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO))	200,00	10,00	10,00			10,00
			1.260,00	1.460,00	300,00	-	1.260,00
							5.500,00
LOTE 4							
			SIDNEI	JAIR	RABAIOLI		MENOR VALOR DO LOTE2 SIDNEI
							VALOR TOTAL
27	CONserto DE PNEU VEÍCULOS ÔNIBUS E MICRO	4,00	65,00	70,00	100,00		65,00
28	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	4,00	45,00	50,00	100,00		45,00
29	TROCA DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	4,00	20,00	25,00	100,00		20,00
30	VULCANIZAÇÃO DE PNEU ÔNIBUS E MICRO	2,00	300,00	300,00			300,00
31	SERVIÇO DE SOCORRO PARA ÔNIBUS E MICRO (ATENDIMENTO POR KM RODADO, CALCULADO SOB A MENOR DISTÂNCIA ENTRE A SEDE DO MUNICÍPIO E O LOCAL DO SERVIÇO))	50,00	10,00	10,00			10,00
			440,00	455,00	300,00	-	440,00
							1.620,00

O custo estimado total da contratação é de R\$ 13.190,00 (treze mil, cento e noventa reais)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
06.001	Manutenção das Atividades CV. Polícia Militar	06.001.06.181.0110.2039.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.001	Manutenção das Atividades CV. Polícia Civil	06.001.06.181.0110.2018.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.001	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	06.001.15.482.0110.2069.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.004	Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas	06.004.26.782.0110.2044.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
10.001	Manutenção do Departamento de Assistência Social	10.001.08.122.0103.2016.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
Total:			R\$ 0,05

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CORONEL FREITAS

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Construção, Reforma e Ampliação de Edificações e espaços da Saúde	07.001.10.301.0107.1082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
Total:			R\$ 0,01

Recursos orçamentários: MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
06.001	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	06.001.15.482.0110.2069.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.003	Manutenção das Atividades do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	06.003.20.606.0109.2037.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.004	Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas	06.004.26.782.0110.2044.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
Total:			R\$ 0,03
Total Geral:			R\$ 0,03

12. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO:

Para os veículos considerados de emergência, esses terão total prioridade sobre qualquer outro serviço que esteja sendo executado no momento da chegada na empresa vencedora, ou do chamado de socorro, ou seja, em no máximo 30 (trinta) minutos, o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados; Consideram-se veículos de emergência: veículos do tipo ambulância do Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Saúde, veículos de combate a incêndio e/ou resgate, abastecimento de água em períodos de estiagem, veículos policiais utilizados no policiamento ostensivo e operações especiais;

Para os veículos que não são considerados de emergência também devem ter prioridade, porém em um tempo estimativo maior, ou seja, no máximo em 2 (duas) horas o veículo deverá ser avaliado e os serviços de reparo deverão ser iniciados;

Salvo situações de socorro, montagem e desmontagem que poderão ser executados em vias públicas ou local de estacionamento dos equipamentos, todos os serviços deverão ser realizados na sede da empresa vencedora;

Será exigido para realização dos serviços de retirada e troca de pneus, assim como de desmontagem/montagem e conserto de pneus que a empresa CONTRATADA utilize

ferramentas e utensílios de sua propriedade independentemente do local de sua realização;

Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a proponente vencedora deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronei Freitas/SC, caso a empresa vencedora tenha sede em outra municipalidade, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma realize a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação no território do município de Coronei Freitas/SC;

A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelos veículos entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

A contratada deverá permitir ao contratante acompanhar a execução de todos os serviços, seja através do operador do veículo ou de supervisor designado. Todos os materiais e ferramentas necessárias para a completa execução dos serviços, tais como: chaves, macaco hidráulico, materiais de limpeza e de consumo em geral, entre outros, serão de responsabilidade da contratada, devendo estar inclusos no preço dos serviços.

O recebimento provisório e definitivo, é determinado pelo decreto nº 9.853 de 22 março de 2023 que dispõe sobre o método e prazos para recebimentos provisório e definitivo dos objetos contratados pela lei federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão:

II - Serviços que não são de engenharia: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário (Anexo Único), que deverá ser anexado à nota fiscal;

1º As notas fiscais com aposição de carimbos de recebimentos provisório e definitivo e/ou com formulários (Anexo I), que indiquem regularidade da entrega do objeto e na execução total do contrato, deverão ser entregues para Setor de Compras.

Serviços que não são de engenharia:

a) Provisório:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. Nome e assinatura de quem recebeu;
6. Data do recebimento;
7. Informação de que o pagamento está condicionado ao recebimento definitivo.

b) Definitivo:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. O serviço atende as exigências contratuais, incluindo as habilitatórias?
6. Nome e assinatura de quem recebeu.
7. Data do recebimento.

13. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

*Não se aplica.

Coronei Freitas, 19 de fevereiro de 2024.

Sidiane Panisson
Diretora de Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO Nº 22/2024

ANEXO “III”

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1) PESSOA JURÍDICA – As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

- a) Regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- f) Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- g) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO Nº 22/2024

ANEXO “IV”

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no ano-calendário de realização da licitação/contratação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem o previsto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

_____, _____ de _____ de 2024.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO Nº 22/2024

ANEXO “V”

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,

_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, que se enquadre na definição do art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano- calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18A. da Lei Complementar nº 123/2006, conforme prevê o art. 18A., §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

() MICROEMPRESA, considerada a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que

aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme prevê o art. 3.º e seu inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, considerada a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme prevê o art. 3.º e seu inciso II da Lei Complementar nº 123/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de 2023.

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO Nº 22/2024

ANEXO “VI”

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

Endereço:

Telefone:

E-mail da empresa:

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco:

Nº da Agência:

Nº da Conta Corrente da Licitante:

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome Completo:

Cargo ou Função:

E-mail:

E-mail para envio do

Contrato e demais atos

Telefone/Celular:

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2024

PROCESSO Nº 22/2024

ANEXO “VII”

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 000/2024

O **MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro, Coronei Freitas/SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor DELIR CASSARO, e a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, estabelecida na Rua Sagrado Coração de Jesus, Campo Ere/SC, CEP: 89.980-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu(a) Sócio-Gerente Sr. _____, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo de Dispensa de Licitação nº, homologado em ____/____/2023, mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

- 1.1. O objeto deste contrato é
- 1.2. Conforme discriminado abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, À PROPOSTA VENCEDORA E VIGÊNCIA (art. 92, II)

- 2.1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo nº XX/2024, **Dispensa de Licitação** nº XX/2024, homologado em **00/00/2023**, e à proposta vencedora **XXXX**
- 2.2. O prazo de vigência deste contrato será de/...../..... a/...../.....

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

3.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na [Lei nº 14.133/2021](#) e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO **([art. 92, IV](#))**

4.1. O objeto será solicitado através de: Autorização de Fornecimento.

4.2. A CONTRATADA, deverá:

4.2.1. Disponibilizar, para a execução dos serviços, estabelecimento localizado a uma distância inferior a 10 (dez) quilômetros da sede da Administração, localizada na Av. Santa Catarina 1022, Centro de Coronei Freitas/SC, caso a empresa vencedora tenha sede em outra municipalidade, será concedido prazo de 30 (trinta) dias para que a mesma realize a indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação no território do município de Coronei Freitas/SC.

4.2.2. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

4.2.2.1. Será exigido para realização dos serviços de retirada e troca de pneus, assim como de desmontagem/montagem e conserto de pneus que a empresa CONTRATADA utilize ferramentas e utensílios de sua propriedade independentemente do local de sua realização;

4.3. A responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

4.4. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

4.5. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;

4.6. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

4.7. A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelos veículos para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

4.8. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato ([art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato ([art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)).

4.10. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme regulamento municipal nº. 9.853 de 22 março de 2023 que dispõe em seu art.2º, inciso II que:

Art. 2º Os recebimentos provisório e definitivo ocorrerão:

II - Serviços que não são de engenharia: aposição de carimbo na nota fiscal e/ou preenchimento de formulário próprio, que deverá ser anexado à nota fiscal;

1º As notas fiscais com aposição de carimbos de recebimentos provisório e definitivo e/ou com formulários próprio, que indiquem regularidade da entrega do objeto e na execução total do contrato, deverão ser entregues para Setor de Compras.

Serviços que não são de engenharia:

a) Provisório:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. Nome e assinatura de quem recebeu;
6. Data do recebimento;
7. Informação de que o pagamento está condicionado ao recebimento definitivo.

b) Definitivo:

1. Número do processo de contratação;
2. O serviço executado é o serviço que foi contratado?
3. Execução no prazo e forma contratados?
4. O serviço cumpre as exigências de caráter técnico?
5. O serviço atende as exigências contratuais, incluindo as habilitatórias?
6. Nome e assinatura de quem recebeu;
7. Data do recebimento.

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO ([art. 92, V](#))

5.1 O valor da contratação é de R\$ XXXXXX

5.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

5.2.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

5.2.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

5.2.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

5.2.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.2.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021)

5.2.5.1 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

5.3 Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

5.3.1 Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

5.3.2 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

5.3.3 Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC (índice nacional de preços ao consumidor), com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0$$
, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

5.3.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

CLÁUSULA SEXTA: PAGAMENTO

6.1. O Município de Coronei Freitas efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável, conforme definido no decreto nº 9853 de 22 março de 2023, relatório de avaliação e fotos do evento.

6.1.1. O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial (Banco do Brasil) ou boleto bancário.

6.2. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
06.001	Manutenção das Atividades CV. Polícia Militar	06.001.06.181.0110.2039.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.001	Manutenção das Atividades CV. Polícia Civil	06.001.06.181.0110.2018.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.001	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos	06.001.15.482.0110.2069.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
06.004	Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas	06.004.26.782.0110.2044.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
10.001	Manutenção do Departamento de Assistência Social	10.001.08.122.0103.2016.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
Total:			R\$ 0,05

Recursos orçamentários: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CORONEL FREITAS

Organograma	Descrição da Despesa	Máscara	Valor Estimado
07.001	Construção, Reforma e Ampliação de Edificações e espaços da Saúde	07.001.10.301.0107.1082.3.3.90.00.00	R\$ 0,01
Total:			R\$ 0,01

CLÁUSULA SETIMA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO ([art. 92, XIV](#))

7.1 São obrigações do Contratante:

7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos;

7.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

- a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
- c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e)** demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

7.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.2 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.2.1 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias;

7.2.2 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.5 São obrigações do contratado:

7.5.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.5.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.5.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.5.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.5.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.5.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.5.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.5.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.5.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

7.5.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.5.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.5.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.5.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

7.5.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

7.5.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

7.5.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.5.17 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.6 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.6.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 0,5.% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
 - (2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 20% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

7.6.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

7.6.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.6.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

7.6.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.6.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.6.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6.8 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

7.6.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

7.6.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

7.6.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA OITAVA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO ([art. 92, XVI](#))

8.1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA NONA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ ([art. 92, XVII](#))

9.1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

CLÁUSULA DÉCIMA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO ([art. 92, XVIII](#))

A administração municipal tem plenas condições de receber os serviços. Tendo como fiscal, operadores/motoristas das respectivas máquinas/veículos que receberam os serviços e como Gestora de contratos a senhora Simone Zanella Strada, nomeada pelo Decreto Municipal nº9841/2023

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OS CASOS DE EXTINÇÃO ([art. 92, XIX](#))

11.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações ([art. 136, caput da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c)** Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d)** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f)** Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.2. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições ([art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses ([art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 da Lei nº 14.133/2021](#);
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

11.4. A extinção do contrato poderá ser ([art. 138 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

11.6. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

11.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências ([art. 139 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

11.8. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

11.9. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

11.10. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96 da Lei nº 14.133/2021](#) serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021](#)).

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: FORO ([art. 92, § 1º](#))

12.1. É declarado competente o foro da Comarca de Coronei Freitas/SC para dirimir qualquer questão contratual.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

13.1. Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

13.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a)** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b)** O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c)** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

13.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

13.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

13.5. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 9439/2022, que regulamenta a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

13.6. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

13.7. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

13.8. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

13.9. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

13.10. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

13.11. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

13.12. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

13.13. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13.14. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

13.15. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

13.16. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

13.17. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

13.18. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

13.19. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: PUBLICAÇÃO

14.1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes ([art. 94, II da Lei nº 14.133/2021](#)).

14.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

- I - Página do Município de Coronei Freitas;
- II - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

Coronei Freitas, SC _____ de _____ de 2023.

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Representante legal da Detentora da Ata

CONTRATADA

Assinado eletronicamente por:

* DELIR CASSARO (**.623.379-**) (CPF)

em 14/03/2024 13:23:17 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://coronelfreitas-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/7d0a0c39-c794-4242-bade-25556ba0c49a>

